

As relações entre a cobertura ambiental da imprensa e a conjuntura política brasileira¹

Filipe Navarro BRASIL²

Leonel Azevedo de AGUIAR³

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este trabalho está inserido no campo de estudos sobre jornalismo ambiental e tem, como problema de pesquisa, demonstrar de que maneira o contexto político pode influenciar na cobertura ambiental da imprensa. Para essa tarefa, a pesquisa analisa a produção jornalística de O Globo durante os três meses mais críticos das queimadas no Pantanal em 2020, examinando a relação entre os enquadramentos da cobertura e a postura do governo, a mobilização da sociedade e as pressões internacionais em torno do tema. A pesquisa faz uma análise quantitativa de reportagens e fontes de informação, apontando como o negacionismo do governo Bolsonaro provocou um engajamento político desse jornal, alavancando a aparição do tema no noticiário.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Meio Ambiente; Queimadas; Pantanal; Política; O Globo.

Introdução

Este artigo tem como tema de investigação mais amplo o campo do jornalismo ambiental, com foco na cobertura realizada pela imprensa brasileira. O objeto empírico selecionado para servir à discussão teórica de fundo é a cobertura empreendida pelo jornal O Globo nos meses mais críticos das queimadas no Pantanal em 2020: agosto, setembro e outubro.

Ao analisar essa produção jornalística, a pesquisa busca esclarecer como se dá a relação entre este tipo de cobertura e a conjuntura política do país. Assim, o problema de pesquisa poderia ser resumido em: de que forma o contexto político nacional influencia a cobertura jornalística da temática ambiental?

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio, integrante do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq/PPGCOM PUC-Rio), jornalista diplomado (PUC-Rio), e-mail: filipe77brasil@hotmail.com

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio, Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ), jornalista diplomado (UFF), líder do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq/PPGCOM PUC-Rio), e-mail: laaguiar@uol.com.br

Esse questionamento se originou, principalmente, a partir da leitura do estudo de Girardi, Loose e Steigleder (2020) sobre a cobertura ambiental do Jornal Nacional, da TV Globo, nos primeiros seis meses do governo de Jair Bolsonaro (janeiro a junho de 2019). A pesquisa aponta uma associação entre mudanças no tratamento da pauta ambiental por parte da imprensa e as decisões e posicionamentos políticos do presidente.

Nesse caminho, a análise da cobertura é conduzida no sentido de avaliar as três hipóteses a seguir. O cenário político pode orientar a cobertura ambiental pela: 1) dinâmica de acordos e interações entre instituições, nacionais e internacionais; 2) proporção da mobilização desempenhada pela sociedade civil; 3) postura e atuação do governo frente aos problemas ambientais. A fundamentação teórica que apoiou a construção dessas hipóteses será descrita na seção específica para este tópico.

O recorte empírico selecionado para análise está baseado nos números emblemáticos do período. Setembro e outubro daquele ano foram os meses com maior número de focos ativos no bioma na comparação com os mesmos meses de outros anos, desde 1998, início da série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Setembro registrou 8.106 focos e outubro, 2.856. Já agosto teve 5.935 incêndios, o que o coloca em segundo lugar nessa mesma comparação, atrás apenas de agosto de 2005, que teve 5.993. Ambos estão muito acima da média para o mês, que é de 1.593. O ano de 2020 foi o pior da história do bioma em termos de queimadas. O recorde foi de 22.116 focos de incêndio registrados em 12 meses.

Cabe salientar que este estudo também visa a contribuir para uma reflexão sobre os caminhos da cobertura jornalística empreendida em torno do tema ambiental. Os trabalhos de Bueno (2007) e Girardi, Loose e Steigleder (2020) fornecem revisões fundamentais do trabalho jornalístico desenvolvido nesse campo, e indicam um longo caminho a ser percorrido.

Sob tal perspectiva, Bueno (2007) realiza uma série de críticas à forma como o jornalismo aborda o tema ambiental. Ao ressaltar o compromisso do jornalismo com o interesse público, a democratização do conhecimento e a ampliação do debate, o autor afirma que, para alcançar tais fins, o jornalismo ambiental precisa propor-se política, social e culturalmente engajado. E é justamente esse movimento de enfrentamento ao

governo e engajamento político atrelado à defesa do meio ambiente que este trabalho busca identificar na cobertura do jornal O Globo.

Já o estudo de Girardi, Loose e Steigleder (2020) aponta, entre outros elementos, o aspecto fragmentário e carente de contextualização do noticiário ligado ao meio ambiente. Sob essa perspectiva, apesar dos picos de interesse, pode se afirmar que o tema ambiental geralmente se fragmenta e deixa de ser notícia rapidamente (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020). Para compreender essa dinâmica, é possível utilizar o ciclo de atenção das temáticas formulado por Downs (1972).

O processo é observado na formação de políticas públicas sobre o meio ambiente, mas pode ser identificado também na cobertura jornalística (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020). Fortunato e Penteado (2018) descrevem o ciclo de cinco estágios como: 1) pré-problema – uma condição social indesejável que ainda não se tornou alvo da atenção pública; 2) assunto descoberto e euforia - divulgação de eventos dramáticos que movem a sociedade a querer “fazer algo” ou “resolver o problema” de forma urgente; 3) custo para solução do problema identificado – momento em que se percebe que não basta vontade de solucionar o problema, mas grande dispêndio de tempo ou dinheiro, ou ainda grandes mudanças na sociedade; 4) gradual declínio do interesse público – quando a população percebe a grande dificuldade de solucionar o problema, alguns desanimam, outros se sentem ameaçados e ainda há os que ficam simplesmente entediados; 5) pós-problema – quando o assunto deixa de aparecer na mídia ou de ser comentado pela população (FORTUNATO; PENTEADO, 2018, p. 3-4).

Downs (1972) afirma que, após passar pelo ciclo, geralmente o problema ganha políticas de mitigação e projetos para diminuir seus impactos, diferentemente daqueles que nunca saíram do primeiro estágio.

A elucidação deste ciclo serve para compreender de que forma a cobertura da mídia pode ser também influenciada pela “própria disposição social de reconhecer e se envolver com as soluções para cada problema” (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020). Torna-se evidente, portanto, que esclarecer esse processo a partir da análise de um dado da realidade – a cobertura de O Globo em 2020 –, servirá para delinear os avanços e os passos que ainda precisam ser dados para incorporar um olhar mais integral e holístico no jornalismo ambiental.

Metodologia

A escolha das ferramentas metodológicas a serem usadas nessa exploração foram baseadas no próprio perfil do objeto analisado. Dessa forma, o processo descrito a seguir está pautado nas técnicas sugeridas na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), para categorização e extração dos elementos mais relevantes de uma fonte de informação.

Nesse contexto, além de localizar o ano, o mês, o dia, e a página em que estão, cada reportagem foi classificada a partir da categoria de conteúdo em que se enquadra (Reportagem/Manchete/Foto com Legenda/Chamada na Home) e na editoria em que aparece (Sociedade/Economia/Mundo/Rio).

Para extrair o conteúdo de cada produção, foram colhidos o título, a linha fina – se houver –, os principais assuntos contidos no texto, resumidos em conceitos-chave, e ainda as fontes de informação utilizadas, na ordem em que aparecem. As fontes, por sua vez, receberam duas classificações: 1) a partir do posicionamento convergente, divergente ou neutro em relação às ações do governo Bolsonaro frente às queimadas ou outros temas relacionados (A favor/Neutra/Crítica); 2) a respeito do tipo de fonte (Especializada/Popular/Institucional/Empresarial/Oficial).

Essa última classificação baseia-se em algumas das categorias elaboradas por Schmitz (2011). Em sua matriz de classificação das fontes de notícias, o autor sugere diferentes "grupos" em que cada fonte pode se encaixar: Oficial, Empresarial, Institucional, Popular, Notável, Testemunhal, Especializada e Referencial. Tendo em vista o teor das reportagens, optou-se por descartar as categorias Notável, Testemunhal e Referencial.

As fontes consideradas especializadas são pessoas com "notório saber específico", como especialistas, peritos ou intelectuais (SPONHOLZ *apud* SCHMITZ, 2011). Já as populares representam a voz da população em geral, ou seja, pessoas comuns que dão relato de sua realidade; as fontes institucionais se pronunciam por uma instituição independente, organização sem fins lucrativos ou grupo social e, em geral, falam em favor dos interesses da organização; fontes empresariais representam uma corporação empresarial ligada a comércio, serviços, entre outros; já fontes oficiais são

aquelas que exercem cargo público ou se pronunciam por um órgão mantido pelo Estado.

As aparições dos assuntos sobre queimadas, desmatamento e questões afins sobre meio ambiente também foram classificadas segundo categorias temáticas, que facilitam a compreensão da cobertura jornalística. As categorias são Alerta, Política, Sociedade, Pressão Internacional e Repercussão.

Os textos incluídos no campo "Alerta" são aqueles com lead relacionado a números de queimadas ou desmatamento, ou reportagens que abordam a situação de momento das populações locais ou da destruição do bioma. Já os conteúdos posicionados em "Política" dizem respeito a ações do Governo Federal, de governos estaduais, ou até da Justiça, com influência sobre a situação das queimadas ou do desmatamento. Nessa categoria, entram as matérias, por exemplo, que apontam atraso na contratação de brigadistas, por parte da administração federal, e ainda a baixa execução do orçamento do Ibama em ações de combate a queimadas e desmatamento.

As matérias incluídas na categoria "Sociedade" são aquelas que abordam mobilizações da sociedade civil, empresas e até bancos, na defesa da preservação ambiental e no alerta sobre a grave situação do país naquele momento. Os registros colocados no grupo "Pressão Internacional" apresentam situações em que o governo brasileiro se vê pressionado pela comunidade internacional a tomar medidas contra o aumento das queimadas e do desmatamento. Incluem-se nesta gama de reportagens as que tratam dos desdobramentos das negociações para ratificação do acordo entre União Europeia e Mercosul. Isso porque a questão ambiental era colocada, frequentemente, como empecilho para o andamento do acordo. Já a categoria "Repercussão" inclui as matérias motivadas por pronunciamentos de políticos, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-vice-presidente Hamilton Mourão, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, entre outros, sobre a situação das queimadas.

Além dessas especificações, foram marcadas as matérias que possuem críticas ao governo no corpo do texto, ou no título, isto é, no espaço destinado à informação - fora das opiniões de eventuais fontes. Como é o caso da matéria do dia 5 de agosto de 2020, com o título: "Após críticas, Salles recua e mantém meta de redução de desmatamento". O gancho da reportagem é especificamente o fato de o ministro do Meio Ambiente ter sido criticado após tentar substituir a meta de redução de 90% do desmatamento e

incêndios ilegais pela preservação de apenas 390 mil hectares de floresta nativa. Nesse caso, a matéria possui ainda um box com a opinião editorial do jornal O Globo, que reprova a conduta de Ricardo Salles e diz que ele "só continua ministro porque faz o que o presidente Bolsonaro quer".

Fundamentação Teórica

A revisão bibliográfica a seguir serve para fundamentar as três hipóteses já explicitadas, de que tanto as organizações nacionais e internacionais, quanto a sociedade civil e o governo vigente influenciam diretamente no grau de visibilidade do tema ambiental e a forma como ele é tratado pela imprensa.

Conforme Schmidt (2005), o meio ambiente é um tema que alcançou espaço no interesse público na medida em que a mídia, a partir das últimas décadas do século XX, passou a dar mais visibilidade para o assunto. Esse cenário remonta ao início do fortalecimento do movimento ambientalista, na década de 1970, quando, segundo Belmonte (2017), a problematização das questões ambientais teria passado a receber mais espaço na imprensa brasileira. É a partir deste momento que os cientistas começam a ser mais consultados pelos jornalistas para explicar os fenômenos ambientais e propor saídas para os problemas diagnosticados (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020).

Assim como o aumento da presença do tema ambiental na mídia, o interesse de pesquisas sobre o jornalismo ambiental também se atribui a eventos particulares, de acordo com Barros e Sousa (2008). Segundo os autores, o aumento do número de estudos sobre o tema é característico da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística da Rio 92.

Os autores consideram que, a partir desse marco, o assunto passa a receber maior atenção de pesquisadores, assim como nos momentos em que a pauta ambiental ganha grande repercussão midiática, como na assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e na divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007). Desta forma, é possível admitir que, desde o início, o motor do aumento da visibilidade da pauta ambiental está ligado a mobilizações internacionais, conferências de órgãos governamentais e acordos políticos.

Além disso, Barros e Sousa (2008) afirmam que “as primeiras manifestações públicas contra a degradação ambiental, com propostas tanto do Estado como da

sociedade civil, surgem apenas no início dos anos 1970, coincidindo com o período de debates inaugurados pela Conferência de Estocolmo” (BARROS; SOUSA, 2008, p. 5).

Nesse contexto, os autores destacam que o aumento da força do ambientalismo no Brasil não ocorreu vinculado apenas ao contexto e às pressões internacionais, mas também a um “amplo processo de transformações da complexa realidade nacional da época, abrangendo tanto a esfera política como a econômica e a social” (BARROS; SOUSA, p. 5). A conclusão dos autores é um indicativo de que a conjuntura da sociedade e o nível de envolvimento dos atores sociais com o tema ambiental tem influência determinante sobre a importância dada ao assunto e, conseqüentemente, sobre o volume de notícias produzidas acerca dessa temática.

Já no que diz respeito à influência da postura do governo sobre a repercussão da temática ambiental, a contribuição de Girardi, Loose e Steigleder (2020) é fundamental. O estudo descreve medidas e posicionamentos do presidente Bolsonaro que tiveram impacto na situação ambiental do país e provocaram mudanças na cobertura da imprensa sobre o assunto. De acordo com as autoras, desde a campanha, o governante promete “flexibilizar mecanismos de fiscalização e proteção, visando o crescimento econômico a partir da exploração de recursos naturais” (GIRARDI; LOOSE; STEIGLEDER, 2020, p. 50). Neste ponto, cabe destacar o desmonte dos órgãos de fiscalização e controle ambiental durante a gestão de Jair Bolsonaro, com graves efeitos, principalmente, nas estruturas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

De acordo com Menegassi (2022), mesmo com o desmatamento e as queimadas em alta, o Ibama executou apenas 41% do seu orçamento disponível para fiscalização ambiental em 2021. Ao todo, foram liquidados apenas R\$ 88 milhões dos R\$ 219 milhões que o órgão ambiental tinha à disposição para realizar operações e combate a ilícitos ambientais. Ainda segundo Menegassi (2022), com base em dados levantados pelo Observatório do Clima, a execução de menos da metade do orçamento está longe de ser típica. Nos governos anteriores, o Ibama costumava liquidar entre 86% e 92% dos recursos para a fiscalização.

Com isso, torna-se evidente o cenário problemático de vulnerabilidade dos biomas devido à precarização dos órgãos oficiais de fiscalização e controle do

desmatamento e queimadas, durante o mandato de Jair Bolsonaro. Tendo isso em vista, a última hipótese a ser avaliada por este artigo diz respeito à influência da postura do Governo Federal sobre a forma como o tema é reportado pelo jornal O Globo.

Resultados

Em três meses de cobertura (91 edições), os temas apareceram 71 vezes em 38 edições: 41,7% do total. Em quatro aparições, o assunto foi publicado como manchete da edição. No total, 21 registros (29,5%) foram na capa do jornal e 15 (21,1%) foram publicados como manchete da editoria em que aparecem.

Para melhor compreensão dos principais temas cobertos pelas reportagens, foram criadas cinco categorias que englobam as temáticas abordadas. Os assuntos referentes a cada categoria foram detalhados na seção de Metodologia (ver página 5). Dessa maneira, foram identificados os seguintes registros em cada tema: 24 (33,8%) no tema de "Alerta"; 15 (21,1%) nos assuntos de "Repercussão"; 13 (18,3%) no escopo de "Política"; 12 (16,9%) na temática de "Pressão Internacional"; 7 (9,8%) nos assuntos de "Sociedade".

Com isso, percebe-se uma predominância das matérias dentro da categoria "Alerta", que se utilizam, por exemplo, de dados recentes sobre recordes de queimadas e desmatamento para alertar sobre o avanço da devastação. Também foram incluídas as reportagens que falam sobre as perdas de animais e da biodiversidade dos biomas, assim como os problemas enfrentados pelas populações locais, relacionados a doenças respiratórias causadas pela inalação de fumaça e ainda migração forçada pelos incêndios.

Já as categorias de "Repercussão" e "Política" juntas compõem 39,4% de todas as reportagens analisadas. Cabe reforçar que a primeira categoria é focada, principalmente, nas reportagens motivadas pelas falas de figuras políticas importantes em torno do tema, e a segunda, nos textos que versam sobre decisões políticas nas diferentes esferas de poder da federação. Essa constatação corrobora a linha de análise desta pesquisa, que aponta para uma forte relação entre a configuração e a dinâmica da política em âmbito nacional e a forma como o tema ambiental é retratado pela imprensa.

Na segmentação por editoria, Sociedade apresentou 45 conteúdos (63,3%) sobre os temas, Economia, 21 (29,5%), Mundo, 3 (4,2%), e Rio, 2 (2,8%).

Contexto Internacional

As produções retiradas da editoria Mundo merecem observações mais detalhadas. Isso porque é principalmente em âmbito internacional que o governo se vê pressionado a tomar medidas para conter a destruição dos biomas. Um indício dessa situação é o fato de que, apesar de serem apenas três os fragmentos retirados da editoria Mundo, outros 20 – cerca de 28,1% do total de 71 reportagens – têm as palavras-chave "Pressão Estrangeira" entre os assuntos abordados. Onze delas foram incluídas na categoria "Pressão Internacional".

Nesse plano de debate, a cobertura de O Globo apresenta diversos momentos em que, principalmente, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, mas também o ex-vice-presidente Hamilton Mourão e o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, se veem confrontados por esses questionamentos e, na maior parte das vezes, se pronunciam de maneira a negar a extensão e a gravidade da destruição, e a defender a gestão federal.

Um exemplo contundente dessa situação é a reportagem do dia 23 de setembro, de Ana Rosa Alves, que foi manchete da editoria Mundo. O tema é o discurso de Bolsonaro que abriu o debate geral da 75ª Assembleia Geral da ONU no dia anterior. Em sua fala, o presidente "defende a gestão da pandemia e se diz vítima de campanha sobre queimadas" (ALVES, 2020).

Essa é uma das matérias marcadas pelo teor crítico à postura do presidente:

Apresentando argumentos sem base científica, Bolsonaro preferiu apontar culpados: críticas à política ambiental brasileira, por exemplo, seriam parte de uma campanha brutal de desinformação sobre os incêndios na Amazônia e no Pantanal. O complô se basearia não só na inveja internacional do agronegócio brasileiro, mas também em 'interesses escusos' nas riquezas amazônicas que busca prejudicar seu governo (ALVES, 2020).

Ainda sobre a abordagem do jornal acerca do contexto internacional - que apresentou relevância ímpar nas discussões ambientais sobre o território brasileiro - é imprescindível destacar o caráter econômico das pressões feitas ao Governo Federal. A possibilidade de perda de recursos, fuga de investidores ou fim de negociações de acordos comerciais, como União Europeia-Mercosul, se apresentam como as principais

formas de forçar os representantes do governo a se posicionarem sobre o tema ambiental. A situação se reflete no número de reportagens categorizadas em "Pressão Internacional" que foram retiradas da editoria Economia. De 11 aparições do tema, 10 estavam em Economia.

Entre os títulos, estão "Países, empresas e ONGs pressionam contra o desmate", "Brasil vive fuga recorde de dólares e investidores estrangeiros" – relacionando o problema ao desmatamento, que reduz a atratividade do país –, "França faz exigências para aprovar acordo comercial" e "UE ameaça não ratificar acordo com Mercosul". A partir dessas descobertas, foi possível identificar a influência determinante da dinâmica de negociações internacionais sobre as pautas e a frequência com que o assunto meio ambiente aparece na cobertura do veículo.

Trajatória do Noticiário

Para uma compreensão mais abrangente do noticiário e das nuances da cobertura durante os três meses analisados, será apresentado nesta seção um panorama desta trajetória. Primeiramente, o mês de agosto foi o que teve menos reportagens sobre as queimadas, com 16 registros. A primeira observação que se pode fazer é a predominância das matérias incluídas na categoria de "Alerta": foram oito. As reportagens publicadas em agosto são marcadas justamente por seguidos alertas para uma situação que vinha se agravando desde julho – mês que ficou marcado como o pior julho da série histórica do Pantanal, assim como setembro e outubro, na comparação com os mesmos meses dos outros anos, desde 1998.

Entre os títulos que podem ser citados, e que corroboram com esta percepção, estão "Amazônia: julho tem recorde de focos de incêndio em 24 horas", "Ribeirinhos migram após incêndios no Pantanal", "Queimadas afetam saúde de 4 milhões na Amazônia" e "Tira-teima da Nasa: Na Amazônia, 54% do fogo é de desmate".

A respeito de setembro, o cenário se modifica razoavelmente. Esse é o mês com o maior número de aparições do tema: foram 37 em 30 dias. Principalmente na segunda metade de setembro, o tema entra com vigor na cobertura diária. Entre os dias 15 e 30, apenas as edições dos dias 22 e 25 não tiveram nenhum registro da temática. É também neste período que uma mesma edição apresenta o maior número de conteúdos sobre o assunto, que é a do dia 23, com seis aparições.

Alguns fatores observados durante a análise podem explicar o aumento da frequência e da quantidade de reportagens presentes no noticiário do veículo neste período específico. Primeiramente, tendo em vista que a situação das queimadas já se estendia com gravidade por dois meses, setembro é marcado por movimentos da sociedade civil e do empresariado no sentido de alertar para o problema e sugerir medidas a serem tomadas pelo governo para combater as chamas. A relevância dessas movimentações neste período específico se reflete no fato de que todas as matérias incluídas na categoria "Sociedade" desta pesquisa foram publicadas em setembro.

Nesse contexto, destaca-se a iniciativa que viabilizou uma aliança inédita, entre 230 representantes do agronegócio e Organizações não-governamentais (ONGs). As entidades enviaram uma carta ao governo destacando a importância da preservação ambiental para o país e propondo seis medidas para conter o desmatamento. A carta foi assinada pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne organizações ambientais, como a WWF Brasil, a Imazon e a Conservação Internacional, e entidades ligadas ao agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a JBS e a Marfrig. Outras grandes empresas como Carrefour, Natura, Cargill e Klabin também assinaram a carta.

Já a cobertura em outubro, último mês analisado, apresenta 18 registros do assunto, ou seja, metade do que foi identificado em setembro. Após um mês com recorde de queimadas, outubro teve 6 reportagens dentro da categoria "Alerta". Com os números de setembro fechados, no dia 2 de outubro, o jornal publica "Pantanal tem maior registro de queimadas da História, diz Inpe".

A reportagem mostra que, com 18.259 focos de incêndio registrados de janeiro a setembro, 2020 já era considerado o ano com o maior número de queimadas no Pantanal em toda a série histórica, iniciada em 1998. Ainda segundo dados do Inpe, a Amazônia teve o segundo pior setembro da década, com 32.017 ocorrências.

Para além deste tópico, há de se destacar as matérias relacionadas ao tema "Política", que foram cinco em outubro. Uma delas, do dia 10, produzida por Renato Grandelle, ganhou destaque como manchete da edição. A reportagem trouxe a revelação de que, devido a processos burocráticos e falta de planejamento do Governo Federal e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a contratação dos brigadistas responsáveis pelo combate a incêndios florestais foi atrasada em cerca de quatro meses.

Esta análise global da cobertura ao longo dos meses mostra como a intensidade noticiosa do tema ambiental, com foco nas queimadas e no desmatamento, variou em função de diferentes fatores. Nesse sentido, vale destacar os aspectos que influenciaram de forma direta no aumento da aparição desses assuntos, principalmente, as pressões internacionais a que o governo brasileiro foi submetido diante da devastação, a mobilização da sociedade civil frente ao problema e ainda a resposta do Governo Federal e de seus então principais representantes – Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão e Ricardo Salles – às críticas recebidas.

Uso das Fontes

Elemento fundamental da cobertura jornalística, o uso das fontes de informação merece exame particular. Como já explicitado anteriormente, esse aspecto também foi submetido à categorização específica. No intuito de interpretar de que maneira O Globo se utilizou das fontes para reportar o tema ambiental e, mais especificamente, como o veículo se colocou diante da postura do governo, cada fonte foi endereçada a partir do seu posicionamento em relação à administração federal – de forma crítica, neutra ou a favor. Os resultados da pesquisa mostram que, ao todo, o jornal utilizou 171 fontes de informação nas reportagens. No que diz respeito ao tipo da fonte utilizada, os números mostram que 85 são especializadas (49,7%), 59 oficiais (34,5%), 14 institucionais (8,2%), 10 empresariais (5,8%) e 3 populares (1,8%).

A partir deste resultado, cabe destacar a visão de Bueno (2007). Segundo o autor, o jornalismo ambiental brasileiro tem apresentado equívocos em sua abordagem. Para ele, essas “síndromes” têm impedido o cumprimento de funções que esse ofício deveria exercer, como a abertura para diferentes fontes que não apenas especialistas e figuras em cargos importantes. Nesse sentido, o baixo número de fontes populares na cobertura de O Globo – apenas três – é indício de que a crítica de Bueno (2007) tem fundamento na realidade. O alto número de fontes especializadas e oficiais, que somam cerca de 84% do total, também corrobora com esta perspectiva. É possível afirmar que, em vista da complexidade do tema ambiental e da amplitude de assuntos que envolve, falta diversidade nas fontes utilizadas pela cobertura.

Já no que diz respeito à posição das fontes em relação ao governo, seis delas não receberam esta categorização, por tratarem de assuntos pouco relacionados à ação

estatal. Logo, das 165 fontes catalogadas, 86 foram neutras (52,1%), 50 foram críticas (30,3%) e 29 estavam a favor do governo (17,6%).

Acerca da neutralidade das fontes utilizadas na cobertura ambiental, Bueno (2007) entende que o jornalismo sofre da “síndrome do muro alto” - que diz respeito à tentativa de despolitização do debate ambiental. Essa limitação faz com que a cobertura tenda à neutralidade técnica, adotando convicções puramente científicas e alinhadas aos critérios de grupos de elite. “Tem a ver, portanto, com uma visão vesga e ultrapassada que prefere contemplar e defender ainda a neutralidade da ciência e da tecnologia” (BUENO, 2007, p. 37). Nesse contexto, apesar de a maior parte (52,1%) das fontes analisadas serem consideradas neutras, observa-se um número razoável de posicionamentos críticos (30,3%) à conduta do governo na preservação do meio ambiente.

Outra métrica utilizada por este estudo para analisar o posicionamento de O Globo em relação à condução da questão ambiental pelo Governo Federal foi a marcação das reportagens que possuem alguma citação crítica no corpo do texto ou aquelas que apresentam como gancho principal alguma atitude condenável da presidência ou de algum dos ministérios. A lógica desta interpretação encontra-se no fato de que, ao incluir uma crítica ao governo no corpo do texto, ou seja, fora das opiniões das fontes, o veículo se utiliza de sua posição de credibilidade frente ao leitor para expressar repúdio às ações - ou omissões - do governo diante do desastre ambiental. Além disso, foram incluídas nesta métrica as 5 reportagens que possuem um box com a opinião editorial de O Globo sobre o assunto, todas críticas ao governo. Nesta perspectiva, a análise mostra que 43,7% (31) das 71 matérias examinadas possuem menções que reprovam a postura da administração federal.

Considerações Finais

Esta pesquisa deu seguimento às questões levantadas no estudo Girardi, Loose e Steigleder (2020), conferindo uma análise robusta de como a conjuntura política nacional pode pautar e intensificar a cobertura ambiental realizada pela imprensa no Brasil.

As autoras identificaram que, no governo de Jair Bolsonaro, a partir de 2019, mudanças políticas tiveram impacto direto na pauta ambiental e devem ter promovido

uma maior presença do tema na cobertura de diferentes veículos. Esta hipótese é confirmada por esta pesquisa, uma vez que a postura do Governo Federal se apresentou como fator determinante na forma como o veículo reportou o tema entre os meses de agosto a outubro no âmbito das queimadas e desmatamento.

O estudo também foi capaz de ampliar o escopo de análise, para além da postura do governo, captando a influência da mobilização da sociedade civil e das organizações internacionais sobre o que é notícia na cobertura de meio ambiente. A análise empreendida identificou a entrada massiva do assunto das queimadas, e até mesmo de outras pautas ambientais – principalmente no mês de setembro –, associada à intensa movimentação de organizações sociais, ONGs e empresas no sentido de alertar para o desastre ambiental que estava em curso.

Por outro lado, a interferência da dinâmica das instituições sobre os moldes do noticiário sobre meio ambiente também se confirmou. A relevância das movimentações em âmbito internacional deixou a situação escancarada. Como já explicitado, desde seus primeiros passos, a pauta ambiental ganhou importância na sociedade por meio da visibilidade atraída por grandes acordos internacionais e conferências para discussão da temática. Esse espaço de destaque foi detectado pela pesquisa e ganhou repercussão no período analisado, principalmente, pelos desdobramentos das negociações sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia.

A partir da contribuição de Bueno (2007), no que diz respeito à necessidade de engajamento político desse tipo de cobertura, foi possível identificar traços claros do movimento do jornal O Globo no sentido de confrontar a narrativa oficial do governo em prol da proteção do meio ambiente. Essas descobertas abrem ainda mais questionamentos, que podem ser explorados por outros trabalhos, no que diz respeito ao papel do jornalista que cobre o tema ambiental, à questão da objetividade no trabalho jornalístico sobre meio ambiente e ainda no debate sobre o jornalismo como um produto resultante de uma diversidade de dinâmicas sociais e políticas.

Referências

ACERVO DIGITAL DO JORNAL O GLOBO. Disponível em:
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=202020200928>>.
Acesso em: jun. 2022.

ALVES, A. R. Bolsonaro defende na ONU gestão da pandemia e diz ser vítima de 'campanha brutal de desinformação' sobre queimadas. **O Globo**, 22 set. 2020. Editoria Mundo. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-defende-na-onu-gestao-da-pandemia-diz-ser-vitima-de-campanha-brutal-de-desinformacao-sobre-queimadas-veja-os-principais-pontos-24653146>.

Acesso em: 5 set. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T.; Sousa, J. P. Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal: abordagens preliminares. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 10. 2008, São Luís. **Anais....** São Paulo: Intercom/Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008, p. 1-15.

BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

DOWNS, A. Up and down with ecology- the “issue-attention cycle”. **The Public Interest**, v. 28, p. 38-50, Summer 1972.

FORTUNATO, I.; PENTEADO, C. A visibilidade de desastres ecológicos no século XXI: revisitando o *issue-attention cycle* de Downs. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 40, n. 3, p. 1-12, 2018.

GIRARDI, I. T.; LOOSE, E. B.; STEIGLEDER, D. G. Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do *Jornal Nacional*. **Trajетórias Humanas Transcontinentais**, n. 7, p. 47-62, mai./2020.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em:

<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/> Acesso em: 25 jun. 2022. Base de dados.

MENEGASSI, Duda. Ibama usou menos da metade do orçamento disponível para fiscalização em 2021. **O Eco**, 01 fev. 2022. Disponível em:

<https://oeco.org.br/noticias/ibama-usou-menos-da-metade-do-orcamento-disponivel-para-fiscalizacao-em-2021/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

SCHMIDT, S. **Páginas verdes – A presença da emoção no jornalismo especializado em meio ambiente**: uma análise da seção de entrevistas pingue-pongue da revista *Ecologia & Desenvolvimento*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SCHMITZ, A. **Classificação das fontes de notícia**. Covilhã/Portugal: Biblioteca online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2011.